



Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

**CONTRATO DE SEGURO DE VIDA EM GRUPO  
QUE ENTRE SI FAZEM A ZURICH MINAS BRASIL  
SEGUROS S/A E A PREFEITURA MUNICIPAL DE  
PIRASSUNUNGA, NA FORMA ABAIXO.**

**1. DO CONTRATO E CONDIÇÕES GERAIS**

- 1.1. Os termos e condições do presente Contrato de Seguro, a seguir denominado simplesmente de CONTRATO, constituem, juntamente com as Condições Gerais e Especiais, cláusulas contratuais que regerão a relação jurídica e comercial firmada entre as partes contratantes do Seguro de Vida em Grupo.
- 1.2. As Condições Gerais e Especiais encontram-se anexas ao presente contrato, fazendo parte integrante do mesmo.

**2. DAS PARTES**

**2.1. São partes do presente CONTRATO:**

- a) **ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS S/A**, inscrita no CNPJ sob o nº. 17.197.385/0001-21, com sede na cidade de Belo Horizonte – MG, à Rua dos Caetés, 745, Centro, neste ato representada na forma de seus estatutos sociais, doravante denominada, simplesmente, **SEGURADORA**.
- b) **PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**, inscrita no CNPJ sob o nº. 45.731.650/0001-45 com sede na Rua Galício Del Nero, 51 Centro – Pirassununga/SP, CEP: 13.630-900, neste ato por seu representante legal, doravante denominado, simplesmente, **ESTIPULANTE**.

**2.2. Além da SEGURADORA E ESTIPULANTE, são parte integrante deste CONTRATO, todos os Segurados, ora representados pelo ESTIPULANTE, conforme poder de representação conferido pela legislação vigente, ficando todos os Segurados submetidos às condições deste CONTRATO e respondendo solidariamente às obrigações inerentes ao ESTIPULANTE, principalmente no que se refere ao pagamento do prêmio.**

**2.3 A Corretora da apólice será: VIA SUDESTE CONS. CORR. SEGUROS LTDA, inscrita sob o CNPJ: 09.620.652/0001-01, com registro Susep: 10.100818 e Código interno: 077.**





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

### 3. VÍNCULO ENTRE O SEGURADO E O ESTIPULANTE

O vínculo entre o Segurado e o Estipulante é Empregatício/Estatutário.

### 4. VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DA APÓLICE

Início às 24h do dia 06/01/2012 e término às 24h do dia 06/01/2013.

### 5. INÍCIO DOS RISCOS INDIVIDUAIS

O início do risco individual será a partir da data de início do seguro, para o grupo avaliado. Para as novas adesões o início do risco individual será a partir da data de sua admissão no quadro de servidores da Empresa, observadas as demais condições de aceitação previstas nesta proposta.

### 6. GRUPO SEGURADO E ADESÃO AO SEGURO

#### 6.1 TRANSFERÊNCIA

Como se refere à transferência serão aceitos todos os segurados independente do estado de saúde e idade, desde que mantidos os capitais segurados inalterados. No caso de constatação de suicídio deverá ser comprovado o período de permanência do funcionário na empresa e desde quando a Estipulante e subestipulantes possuem o seguro, sendo que, estes prazos deverão ser superiores a 24 meses para não aplicação da cláusula constante nas condições gerais do seguro (subitem 22.3).

A adesão ao seguro será automática, ou seja, todos os servidores ativos vinculados ao Estipulante deverão fazer parte do seguro, ficando reservado à Seguradora o direito de exigir documentação que comprove que a data de inclusão no seguro é a mesma da contratação do Funcionário pelo Estipulante.

O seguro será administrado através de arquivo eletrônico contendo as informações do grupo segurado devidamente atualizado, cabendo neste caso ao Estipulante colher um termo de adesão com a assinatura do Segurado comprovando a sua adesão ao seguro, ficando o Estipulante responsável pela guarda do documento e mantendo à disposição da Seguradora sempre que necessário e solicitado por esta.

### 7. LIMITE DE IDADE PARA ADESÃO

Sem limite de idade na implantação e para novas adesões.



Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

#### 8. COBERTURAS CONTRATADAS

- **Morte Acidental**, conforme cláusula anexa;
- **Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente** - 100% (cem por cento) do capital da cobertura de Morte Acidental, conforme cláusula anexa;
- **Despesas Médicas Hospitalares** – 10% (dez por cento) da cobertura de morte acidental do segurado principal, limitado ao máximo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) conforme cláusula anexa;
- **Auxílio Funeral Complementar** – 10% (dez por cento) da cobertura de Morte Acidental, limitado ao máximo de R\$ 3.000,00 (três mil reais).

#### 9. CAPITAL SEGURADO MULTIPLO SALARIAL

O capital da cobertura de morte corresponderá a 50 (cinquenta) vezes o salário limitado ao máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

#### 10. TAXAS

##### 10.1. TAXA MÉDIA COMERCIAL

A taxa do Seguro de Acidentes Pessoais será única de 0,1009‰ (zero vírgula um mil e nove por mil), aplicada ao capital segurado.

##### 10.2. TAXAS COMERCIAIS POR COBERTURA

A seguir, estão discriminadas as taxas por coberturas:

COBERTURAS	TAXAS POR COBERTURA
	‰
Morte Acidental	0,0504
Invalidez Permanente Parcial/ Total por Acidente	0,0319
Despesas Médicas Hospitalares	0,0084
Auxílio Funeral Complementar	0,0102
Total	0,1009

*As taxas informadas contemplam o IOF vigente.*

##### 10.3 ESTIMATIVA DE FATURA

Capital Segurado Total: R\$ 99.017.967,00

Quantidade de Vidas: 1654

Prêmio Mensal: R\$ 9.990,16





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

#### 11. CONTRIBUIÇÃO DO SEGURO

O seguro será **não contributivo**, ou seja, totalmente pago pelo Estipulante.

#### 12. PAGAMENTO DOS PRÊMIOS

O prazo para pagamento das faturas pelo Estipulante será até o dia 07 (sete) do mês subsequente ao início de cobertura. Caso neste dia não tenha expediente bancário, o vencimento será prorrogado automaticamente para o primeiro dia útil subsequente.

#### 13. ADMINISTRAÇÃO DO SEGURO

Quando da efetivação do negócio, o Estipulante deverá apresentar à Seguradora um arquivo magnético ou relação contendo as seguintes informações: **Matrícula ou outro identificador, nome do segurado, CPF, data de nascimento, sexo, capital, salário e valor do prêmio individual.**

O seguro somente será concretizado e a primeira fatura emitida após o recebimento do arquivo magnético fornecido pelo Estipulante, contendo todos os dados acima.

O faturamento mensal da apólice, a ser pago pelo Estipulante, será feito pelo somatório dos prêmios individuais, constantes no cadastro da Seguradora, depois processadas as movimentações de inclusões, exclusões e alterações, que propiciem mudanças nas condições de cada segurado.

Mensalmente o Estipulante deverá processar as movimentações (inclusões/exclusões) no atual grupo segurado e remetê-lo à Seguradora sob a forma de arquivo eletrônico. Após o recebimento desse arquivo, a Seguradora providenciará a atualização do cadastro constante em seu banco de dados para respectiva emissão da fatura.

Após o recebimento do respectivo ofício, a MINAS BRASIL deverá emitir a nota fiscal/fatura, que será enviada à SANASA até o dia 20 (vinte) do mesmo mês.

#### 14. FUNCIONÁRIOS AFASTADOS

Todos aceitos no início do seguro.

O Estipulante fica responsável pela continuidade dos pagamentos dos prêmios dos Segurados afastados por qualquer motivo, após o início de seguro. O não pagamento dos prêmios durante o afastamento caracterizará o cancelamento individual do segurado.



Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

#### 15. FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS

Todos aceitos no início do seguro.

O Estipulante fica responsável pela continuidade dos pagamentos dos prêmios dos Segurados aposentados por qualquer motivo, após o início de seguro. O não pagamento dos prêmios durante o afastamento caracterizará o cancelamento individual do segurado.

#### 16. BENEFICIÁRIO

Não existe nenhum documento preenchido e assinado pelo Segurado na congênere anterior de indicação do(s) beneficiário(s) em poder do Estipulante. Portanto, a regra de indicação dos Beneficiários será conforme abaixo.

Na falta de indicação do Beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente e o restante aos herdeiros do Segurado, obedecida à ordem da vocação hereditária. Na falta do cônjuge e herdeiros legais, serão Beneficiários os que provarem que a morte do Segurado os privou dos meios necessários à sua subsistência.

O Segurado poderá alterar seus Beneficiários a qualquer tempo, mediante comunicação expressa à Seguradora.

#### 17. OUTRAS CONSIDERAÇÕES E OBRIGAÇÕES

17.1 A tolerância das partes quanto à inobservância das condições ora pactuadas, não significará renúncia, perdão ou alteração do pactuado, permanecendo as mesmas inalteradas, salvo se forem objeto de expressa e manifesta alteração.





**ZURICH**<sup>®</sup>

Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

- 17.2 Quando não expressamente alteradas pelo CONTRATO, prevalecem para todos os fins as disposições contidas nas Condições Gerais e Especiais anexas ao presente CONTRATO.

São Paulo, 06 de janeiro de 2012.

---

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA

Ademir Alves Lindo

Prefeito Municipal

CPF:

(ASSINATURA SOB CARIMBO)

Este documento será válido somente com assinatura do Estipulante e Seguradora.



Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

## CONDIÇÕES GERAIS SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS COLETIVO (AP)

### 1. DEFINIÇÕES

Para efeito destas condições gerais prevalecem as seguintes definições:

- 1.1. **Acidente Pessoal** - evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário e violento e causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta, a morte ou a invalidez permanente total ou parcial do Segurado, ou que torne necessário tratamento médico.

Incluem-se no conceito de acidente pessoal, as lesões decorrentes de: a) suicídio, ou sua tentativa; b) ação da temperatura do ambiente ou influência atmosférica, quando a elas o Segurado ficar sujeito em decorrência de acidente coberto; c) escapamento acidental de gases e vapores; d) seqüestros e tentativas de seqüestros; e) alterações anatômicas ou funcionais da coluna vertebral, de origem traumática, causadas exclusivamente por fraturas ou luxações radiologicamente comprovadas.

Excluem-se do conceito de acidente pessoal:

- a) doenças, incluídas as profissionais, quaisquer que sejam suas causas, ainda que provocadas, desencadeadas ou agravadas, direta ou indiretamente por acidente, ressalvadas as infecções, estados septicêmicos e embolias, resultantes de ferimento visível, causada em decorrência de acidente coberto;
- b) intercorrências ou complicações conseqüentes da realização de exames, tratamentos clínicos ou cirúrgicos, quando não decorrente de acidente coberto;
- c) as lesões decorrentes, dependentes, predispostas ou facilitadas por esforços repetitivos ou microtraumas cumulativos, ou que tenham relação de causa e efeito com os mesmos, assim como as lesões classificadas como: Lesão por Esforços Repetitivos – LER, Doenças Osteo-musculares Relacionadas ao Trabalho – DORT, Lesão por Trauma continuado ou Contínuo – LTC, ou similares que venham a ser aceitas pela classe médico-científica, bem como as suas consequências pós-tratamentos, inclusive cirúrgicos, em qualquer tempo; e
- d) as situações reconhecidas por instituições oficiais de previdência ou assemelhadas, como “invalidez acidentária”, nas quais o evento causador da lesão não se enquadre integralmente na caracterização de invalidez por acidente pessoal.
- 1.2. **Aditivo Contratual** – instrumento jurídico firmado entre o Estipulante e a Seguradora, que formaliza alterações ou complementa os termos do Contrato.
- 1.3. **Apólice** – documento emitido pela Seguradora, que formaliza a aceitação do seguro.
- 1.4. **Ato Ilícito** - é toda a ação ou omissão voluntária, negligente, imperita ou imprudente, da qual resulte violação de direito alheio ou cause prejuízo a outrem.
- 1.5. **Atualização Monetária** - é a correção monetária anual dos capitais segurados e prêmios, bem como das indenizações e prêmios em atraso se estas não forem pagas no prazo devido, em conformidade com estas Condições Gerais.





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

- 1.6. **Beneficiário** - pessoa física ou jurídica designada para receber os valores dos capitais segurados, na hipótese de ocorrência do sinistro.
- 1.7. **Boa fé** - é a intenção pura, isenta de dolo ou engano, com que a pessoa realiza o negócio ou executa o ato, certa de que está agindo na conformidade do direito e, consequentemente, protegida pelos preceitos legais. É um dos princípios fundamentais do contrato de seguro, obrigando as partes a agirem com a máxima honestidade na interpretação dos termos do contrato e da determinação do significado dos compromissos assumidos pelas mesmas.
- 1.8. **Caducidade** - é o perecimento de um direito pelo seu não exercício em um certo intervalo de tempo fixado pela lei ou pela vontade das partes.
- 1.9. **Capital Segurado** - importância máxima a ser indenizada em cada cobertura contratada.
- 1.10. **Carregamento** - importância destinada a atender às despesas administrativas e de comercialização.
- 1.11. **Carência** - período, contado a partir da data de início de vigência do seguro ou do aumento do capital segurado ou da recondução quando suspenso, durante o qual, na ocorrência do sinistro, o Segurado ou beneficiários não terão direito à percepção dos capitais segurados.
- 1.12. **Certificado Individual** - documento destinado ao segurado, emitido pela Seguradora no caso de contratação coletiva, quando da aceitação do proponente, da renovação do seguro ou da alteração de valores de capital segurado ou prêmio.
- 1.13. **Condições Contratuais** - Conjunto de disposições que regem a contratação, incluídas as constantes da Proposta de Contratação, Proposta de Adesão, Certificado, Apólice, Condições Gerais, Especiais e do Contrato.
- 1.14. **Condições Gerais** - conjunto de cláusulas que regem um mesmo plano de seguro, estabelecendo obrigações e direitos, da Seguradora, dos Segurados, dos Beneficiários e, quando couber, do Estipulante.
- 1.15. **Condições Especiais** - conjunto de cláusulas que especificam as diferentes modalidades de cobertura que possam ser contratadas dentro de um mesmo plano de seguro.
- 1.16. **Contrato** - instrumento jurídico firmado entre o Estipulante e a Seguradora, na qual são estabelecidas as peculiaridades da contratação do plano coletivo, e fixam os direitos e obrigações do Estipulante, da Seguradora, dos Segurados, e dos Beneficiários.
- 1.17. **Consignante** - pessoa jurídica responsável, exclusivamente, pela efetivação de descontos em folha de pagamento e pelo respectivo repasse em favor da Seguradora, dos prêmios devidos pelos Segurados.
- 1.18. **Declaração Pessoal de Saúde e Atividades** - declarações prestadas pelo Segurado, acerca do seu estado de saúde e de suas atividades profissionais e de atividades desportivas por ele praticadas.
- 1.19. **Doenças Preexistentes** - são as doenças ou lesões que o Segurado portava e de que tinha conhecimento, quando da adesão ao seguro.
- 1.20. **Dolo** - é a vontade do agente dirigida para atingir determinado objetivo. Em termos contratuais, é uma falta intencional para ilidir uma obrigação. A atuação se dá de forma a





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

enganar o outro contratante ou induzi-lo em erro na prática de um ato jurídico, em prejuízo deste e em proveito próprio ou de outrem, ou seja, é um ato de má-fé, fraudulento, visando prejuízo preconcebido, quer físico ou financeiro.

- 1.21. **Estipulante** - é a pessoa física ou jurídica que propõe a contratação de plano coletivo, ficando investido dos poderes de representação dos Segurados perante a Seguradora, nos termos da legislação e regulamentação em vigor, sendo identificado como estipulante-instituidor quando participar, total ou parcialmente do custeio do plano de seguro, e como estipulante-averbador quando não participar do custeio do plano de seguro. Equipara-se ao Estipulante, o Subestipulante, quando houver.
- 1.22. **Evento Coberto** - é o acontecimento futuro, possível e incerto, passível de ser indenizado pelas garantias contratadas e contempladas nestas Condições Gerais do respectivo plano de seguro.
- 1.23. **Fraude** - é o ato de enganar, omitir, adulterar, fazer declarações falsas, obter benefícios ilícitos. O Código Penal, no art. 171, inciso V, capitula como crime a fraude para recebimento de indenização ou valor de seguro, mediante a deliberada destruição, total ou parcial da coisa segurada, ou a ocultação da mesma, e, ainda, a lesão ao próprio corpo ou à saúde.
- 1.24. **Garantia** - risco ou conjunto de riscos cobertos pelo contrato de seguro.
- 1.25. **Garantia Básica** - é a garantia do seguro, cuja contratação é obrigatória para celebração do contrato de seguro.
- 1.26. **Garantia Adicional/Suplementar** - são garantias acessórias do seguro, que somente podem ser contratadas juntamente com a garantia básica.
- 1.27. **Grupo Segurável** - é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao Estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.
- 1.28. **Grupo Segurado** - é a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva.
- 1.29. **Indenização** - valor pago ao Segurado ou aos seu(s) Beneficiário(s) no caso da ocorrência de um sinistro.
- 1.30. **Início de Vigência** - é a data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela Seguradora.
- 1.31. **Juro de Mora** - são os juros devido em face do pagamento do prêmio ou da indenização em atraso, estabelecido nos termos destas condições gerais.
- 1.32. **Liquidação de Sinistro** - processo de pagamento de indenização ao Segurado ou a seus Beneficiários.
- 1.33. **Migração de Apólices** - é a transferência de apólice coletiva para outra Seguradora, em período não coincidente com o término de sua vigência.
- 1.34. **Omissão** - no seguro, é a ocultação de fato ou circunstância que, se fossem revelados, levariam o segurador a recusar o contrato, ou a aceitá-lo com agravações tarifárias e/ou outras condições.





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA</b>				

- 1.35. **Prêmio** – é a importância paga pelo segurado, ou pelo estipulante, à seguradora em troca da transferência do risco a que o segurado está exposto, de acordo e em conformidade com as garantias contratadas.
- 1.36. **Prêmio Puro** – valor correspondente ao prêmio recebido pela seguradora, excluindo-se o carregamento, impostos e o custo de emissão, se houver.
- 1.37. **Prescrição** - é a perda da ação para reclamar direitos e cumprimento de obrigações contratuais, em razão do transcurso do prazo fixado na lei sem que o direito correspondente tenha sido exercitado.
- 1.38. **Proposta de Adesão** – documento com declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física, expressa a intenção de aderir à contratação coletiva, manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.
- 1.39. **Proposta de Contratação** – documento com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física ou jurídica, expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.
- 1.40. **Pro-rata tempore** - é um método de calcular-se um valor com base nos dias decorridos de vigência quando este for realizado por período inferior ao negociado ou pago.
- 1.41. **Risco** - evento incerto, independente da vontade das partes, cuja ocorrência resulta em prejuízo de ordem econômica e contra o qual é feito o seguro.
- 1.42. **Riscos Excluídos** - são aqueles riscos, previstos nas condições gerais e especiais, que não estão cobertos pelo seguro.
- 1.43. **Segurados** - são as pessoas físicas a favor das quais se contrata o seguro, sendo:
- a) **Segurados Principais** – são aquelas pessoas que mantêm vínculo com o Estipulante.
  - b) **Segurados Dependentes** - são os cônjuges e filhos dependentes do Segurado Principal, assim considerados de acordo com a regulamentação do INSS e do Imposto de Renda.
- 1.44. **Sinistro** - ocorrência de um evento coberto e previsto nas condições contratuais do seguro, durante o período de vigência do seguro.

## 2. OBJETIVO

Este seguro tem por objetivo, garantir o pagamento do capital segurado, até o limite contratado, de acordo com os riscos cobertos e garantias contratadas.

## 3. RISCOS COBERTOS

- 3.1. **Garantias Básicas** – As Garantias Básicas são a Morte Acidental e ou a Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, sendo a contratação de no mínimo uma delas obrigatória para a efetivação do seguro.

- 3.1.1. **Garantia Básica de Morte Acidental (MA)** - Garante ao(s) Beneficiário(s), o pagamento do capital segurado contratado, no caso da morte do Segurado, causada exclusivamente por acidente pessoal coberto.





Nº. PROCESSO-SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

**3.1.2. Garantia Básica de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente (IPA) –**

Garante ao Segurado, o pagamento do capital segurado até o limite contratado, relativa à perda, redução ou à impotência funcional definitiva, total ou parcial, de um membro ou órgão em virtude de lesão física, causada exclusivamente por acidente pessoal coberto, proporcional ao grau de invalidez, desde que esteja terminado o tratamento e seja definitivo o caráter da invalidez.

- 3.1.2.1.** Estão expressamente cobertas as lesões acidentais decorrentes de: a) ataques de animais e os casos de hidrofobia, envenenamento ou intoxicações deles decorrentes; b) atentados ou agressões, atos de legítima defesa e atos praticados por dever de solidariedade humana; c) choque elétrico e raio; d) contato com substâncias ácidas e corrosivas; e) tentativa de salvamento de pessoas ou bens; f) queda n'água ou afogamento.
- 3.1.2.2.** Após a conclusão do tratamento, esgotados os recursos terapêuticos disponíveis para recuperação, se verificada a existência de invalidez permanente avaliada quando da alta médica definitiva, a Seguradora pagará ao próprio Segurado uma indenização, proporcional ao grau de invalidez, de acordo com a Tabela de Cálculo da Indenização em caso de Invalidez Permanente, **constante ao final desta Condição Geral.**
- 3.1.2.3.** Não ficando abolidas por completo as funções do membro ou órgão lesado, a indenização por perda parcial é calculada pela aplicação, à percentagem prevista na tabela para sua perda total, do grau de redução funcional apresentado. Na falta de indicação da percentagem de redução e sendo informado apenas o grau dessa redução como máximo, médio ou mínimo, a indenização será calculada, respectivamente, na base das percentagens de 75%, 50% e 25%.
- 3.1.2.4.** Nos casos não especificados na tabela, a indenização é estabelecida tomando-se por base a diminuição permanente da capacidade física do Segurado, independentemente de sua profissão.
- 3.1.2.5.** Quando do mesmo acidente resultar invalidez de mais de um membro ou órgão, a indenização deve ser calculada somando-se as percentagens respectivas, cujo total não excederá a 100% (cem por cento). Da mesma forma, havendo duas ou mais lesões em um mesmo membro ou órgão, a soma das percentagens correspondentes não excederá à indenização prevista para sua perda total.
- 3.1.2.6.** Para efeito de indenização, a perda ou maior redução funcional de um membro ou órgão já defeituoso antes do acidente, será deduzida do grau de invalidez definitiva.
- 3.1.2.7.** A perda de dentes e os danos estéticos, não dão direito a indenização por invalidez permanente.
- 3.1.2.8.** A invalidez permanente deve ser comprovada com a apresentação à Seguradora de declaração médica.





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

3.1.2.9. As indenizações por Morte e Invalidez Permanente não se acumulam. Se depois de paga uma indenização por invalidez permanente por acidente, verificar-se a morte do Segurado em consequência do mesmo acidente, da indenização por morte será deduzido o valor já pago por invalidez permanente.

3.1.3. **Garantia Básica de Morte Acidental Decorrente de Crime (MAC)** - Garante ao(s) Beneficiário(s), o pagamento do capital segurado contratado, no caso da morte do Segurado, causada exclusivamente por acidente pessoal coberto decorrente de crime contra a sua pessoa.

Entendem-se como crime, para efeito desta cobertura, os crimes contra a pessoa, conforme tipificados no Código Penal, unicamente aqueles que tenham como resultado a morte do segurado.

Não estão cobertos por essa cobertura os eventos enquadrados na legislação como crime de trânsito.

3.2. **Garantias Adicionais e Suplementares** - Poderão ser contratadas outras coberturas e cláusulas Adicionais e Suplementares, de acordo com suas respectivas Condições Especiais.

3.2.1. **Adicionais** - Cobertura Adicional de Invalidez Permanente Total por Acidente (IPTA); Cobertura Adicional de Despesas Médicas, Hospitalares e Odontológicas (DMH); Cobertura Adicional de Diárias de Incapacidade Temporária (DIT); Cobertura de Auxílio Funeral (AUF); Cobertura de Assistência Funeral (ASF); Cobertura de Cesta Básica (CB).

3.2.2. **Suplementares** - Cláusula Suplementar de Inclusão de Cônjuge de Forma Automática ou Facultativa; Cláusula Suplementar de Inclusão de Filhos de Forma Automática ou Facultativa.

3.3. **Garantias Contratadas** - São aquelas efetivamente contratadas e discriminadas na Proposta, Apólice e Certificado, devendo, no mínimo, haver a contratação de uma das garantias básicas.

#### 4. RISCOS EXCLUÍDOS

Estão expressamente excluídos, os acidentes ocorridos em consequência de:

- uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear, provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;
- atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e delas decorrentes, exceto quando o sinistro provier da prestação de serviço militar ou de atos de humanidade em auxílio a outrem;
- direta ou indireta de quaisquer alterações mentais conseqüentes do uso do álcool, de drogas, de entorpecentes ou de substâncias tóxicas;
- furacões, ciclones, terremotos, maremotos, erupções vulcânicas e outras convulsões da natureza;



**ZURICH®**

Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
<b>Estipulante</b> <b>PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA</b>				

- e) ato reconhecidamente perigoso que não seja motivado por necessidade justificada e a prática, por parte do Segurado, de atos ilícitos ou contrários à lei, exceto quando a morte do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, da prática de esporte, ou de atos de humanidade em auxílio de outrem;
- f) qualquer tipo de hérnia e suas conseqüências;
- g) parto ou aborto e suas conseqüências;
- h) perturbações e intoxicações alimentares de qualquer espécie, bem como as intoxicações decorrentes da ação de produtos químicos, drogas ou medicamentos, salvo quando prescritos por médico, em decorrência de acidente coberto;
- i) choque anafilático e suas conseqüências;
- j) doenças infecciosas e parasitárias transmitidas por picadas de insetos;
- k) danos causados direta ou indiretamente por ato terrorista, cabendo à Seguradora comprovar com documentação hábil, acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, e desde que este tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente;
- l) atos ilícitos dolosos praticados pelo Segurado, pelo Beneficiário ou pelo Representante Legal, de um ou de outro, sendo que nos seguros contratados por pessoas jurídicas, também estão excluídos os atos ilícitos dolosos praticados por seus sócios controladores, dirigentes, administradores, e representantes legais;
- m) suicídio ou sua tentativa, quando ocorrido nos dois primeiros anos de vigência do risco individual ou de sua recondução depois de suspenso.

#### 5. ÂMBITO GEOGRÁFICO DA COBERTURA

Estão cobertos os acidentes ocorridos em qualquer parte do globo terrestre.

#### 6. CONTRATAÇÃO E ACEITAÇÃO

- 6.1. O seguro será contratado ou alterado mediante preenchimento e assinatura de Proposta de Contratação pelo Estipulante.
- 6.2. Serão incluídos no seguro os componentes do grupo segurável, mediante assinatura e preenchimento da Proposta de Adesão.
- 6.3. A Proposta deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
- 6.4. Quando recepcionado a Proposta na Seguradora, será fornecido ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com indicação da data e hora de seu recebimento.
- 6.5. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco. A Seguradora, após recebimento da Proposta, terá 15 dias para definir pela aceitação ou recusa do risco. O seguro será automaticamente aceito, caso a Seguradora não manifeste por escrito, o motivo da recusa no prazo de 15(quinze) dias, contados da data em que a Proposta for protocolizada junto à Seguradora. Este prazo será suspenso, quando a Seguradora solicitar a apresentação de novos documentos para análise dos riscos, o que somente





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

poderá ocorrer uma única vez, voltando o prazo a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

- 6.6. Nos casos em que a Proposta for entregue à Seguradora juntamente com o pagamento do prêmio, terá início um período de 15(quinze) dias de com cobertura condicional, para a Seguradora definir pela aceitação ou recusa do risco. Quando não houver o pagamento do prêmio, não haverá cobertura condicional.
- 6.7. Sendo o risco recusado, quando já tenha havido o pagamento do prêmio, os valores pagos serão devolvidos, em até 10 dias da formalização da recusa, descontado o período pro-rata tempore em que vigorou a cobertura condicional. Após este prazo, os valores serão atualizado pelo IPCA-IBGE, a partir da data da formalização da recusa até a data da efetiva restituição pela Seguradora.

## 7. VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO

- 7.1. O período de vigência da apólice e do risco individual será de 1(um) ano, com início às 24 horas da data acordada na proposta, ou a partir das 24 horas de seu protocolo quando acompanhado do pagamento parcial ou total do prêmio. A vigência poderá ser plurianual ou inferior a 1(um) ano, desde que definido expressamente em cada Contrato, Proposta e Apólice.
- 7.2. A apólice será renovada automaticamente por mais um período, sendo as renovações posteriores realizadas de foram expressa.
- 7.2.1. A renovação automática referida no item anterior, não se aplica ao Estipulante ou à Seguradora que comunicar o desinteresse na continuidade da apólice, mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias que antecedam o final da vigência da apólice.
- 7.3. Caso a Seguradora não tenha interesse em renovar a apólice, deverá comunicar aos Segurado e ao Estipulante mediante aviso prévio de, no mínimo, 60 (sessenta) dias que antecedam o final de vigência da apólice.
- 7.4. Qualquer modificação da apólice em vigor que implique em ônus ou dever para os Segurados ou a redução de seus direitos dependerá da anuência expressa de Segurados que representem, no mínimo, três quartos do grupo segurado.
- 7.5. A renovação expressa da apólice coletiva que não implicar em ônus ou dever para os Segurados ou redução de seus direitos, poderá ser feita pelo Estipulante.
- 7.6. Este contrato de seguro é celebrado por prazo determinado tendo a Seguradora ou o Estipulante a faculdade de não renovar a apólice na data de seu vencimento, sem devolução dos prêmios pagos nos termos da apólice.
- 7.7. O término de vigência dos riscos individuais é o mesmo da apólice coletiva.

## 8. CERTIFICADO INDIVIDUAL

- 8.1. A cada Segurado Principal incluído na apólice, bem como a cada alteração ou renovação, obrigatoriamente será enviado um Certificado Individual.
- 8.2. O Certificado Individual, além de outras informações, conterà no mínimo, a data de início e término de vigência da cobertura individual e o capital segurado de cada garantia, do Segurado principal e dependente, bem como o prêmio total. Ainda, nos seguros





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

parcialmente ou totalmente contributivo, quando existir cláusula de distribuição de excedente técnico, será estabelecido no certificado, que o Segurado tem direito ao excedente técnico, na forma estabelecida no contrato.

#### 9. OBRIGAÇÕES DO ESTIPULANTE

##### 9.1. Constituem obrigações do Estipulante:

- fornecer à Seguradora todas as informações necessárias para a análise e aceitação do risco, previamente estabelecidas por aquela, incluindo dados cadastrais;
- manter a Seguradora informada a respeito dos dados cadastrais dos Segurados, alterações na natureza do risco coberto, e eventos que possam, no futuro, resultar em sinistro;
- discriminar o valor do prêmio do seguro no instrumento de cobrança;
- repassar os prêmios à Seguradora, nos prazos estabelecidos contratualmente;
- repassar aos Segurados, todas as comunicações ou avisos inerentes à apólice, quando for diretamente responsável pela sua administração;
- fornecer ao Segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao contrato de seguro;
- discriminar a razão social e, se for o caso, o nome fantasia da Seguradora responsável pelo risco, nos documentos e comunicações referentes ao seguro, emitidos para o Segurado;
- comunicar à Seguradora, de imediato, a ocorrência de qualquer sinistro, referente ao grupo que representa, quando esta comunicação estiver sob sua responsabilidade;
- dar ciência aos Segurados dos procedimentos e prazos estipulados para a liquidação de sinistros;
- comunicar, de imediato, à SUSEP, qualquer procedimento que considerar irregular quanto ao seguro contratado;
- fornecer as informações solicitadas pela SUSEP, dentro dos prazos estabelecidos;

##### 9.2. É expressamente vedado ao Estipulante, nos seguros contributivos:

- cobrar dos Segurados quaisquer valores relativos ao seguro, além dos especificados pela Seguradora;
- rescindir o contrato sem anuência prévia e expressa de um número de Segurados que represente, no mínimo, três quartos do grupo segurado;
- efetuar propaganda e promoção do seguro sem prévia anuência da Seguradora, e sem respeitar a fidedignidade das informações do seguro contratado;
- vincular a contratação de seguros a qualquer de seus produtos, ressalvada a hipótese em que tal contratação sirva de garantia direta a estes produtos.





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

#### 10. CESSAÇÃO DA COBERTURA DE CADA SEGURADO

10.1. A cobertura de cada Segurado cessa ao final do prazo de vigência da apólice se esta não for renovada, observando-se, em qualquer caso, que se dá automaticamente a caducidade do seguro, sem restituição dos prêmios, ficando a Seguradora isenta de qualquer responsabilidade, se o Segurado, seus Prepostos, Beneficiários ou Representantes legais, bem como, nos seguros contratados por pessoas jurídicas, seus sócios controladores, dirigentes, administradores e representantes legais, agirem com dolo, fraude ou simulação na contratação do seguro ou ainda para obter ou majorar a indenização.

10.2. Respeitado o período correspondente ao prêmio pago, a cobertura do Segurado Principal cessa, ainda:

- a) com o desaparecimento do vínculo entre o Segurado e o Estipulante;
- b) quando o Segurado solicitar sua exclusão ou deixar de contribuir com sua parte no pagamento do prêmio.

10.3. Além das situações mencionadas anteriormente, a cobertura de cada Segurado dependente cessa:

- a) se for cancelada a respectiva cláusula suplementar;
- b) se o Segurado Principal deixar o grupo segurado;
- c) com a morte do Segurado Principal;
- d) no caso de cessação da condição de dependente;
- e) a pedido do Segurado Principal;
- f) com a inclusão do dependente no grupo segurado principal;
- g) no caso de separação judicial ou de fato, no que se refere ao cônjuge dependente, nos termos da legislação civil vigente;
- h) no caso de cancelamento do registro do(a) companheiro(a) perante a Previdência Oficial.

#### 11. PERDA DE DIREITOS

11.1. A Seguradora não pagará qualquer indenização, caso haja por parte do Segurado, seus Prepostos, Beneficiários ou Representantes legais:

- a) inexistência, omissão, falsidade ou erro, nas declarações constantes da Proposta de Adesão, ou em outro documento que possa influenciar na aceitação da proposta ou taxação do prêmio, ficando ainda obrigado ao pagamento do prêmio vencido;
- b) inobservância das obrigações convencionadas neste contrato;
- c) dolo, fraude ou simulação na contratação do seguro, ou ainda, para obter ou majorar a indenização;
- d) fraude ou tentativa de fraude, simulando sinistro ou agravando suas consequências;
- e) agravamento intencional do risco, objeto do contrato, pelo Segurado.





Nº. PROCESSO-SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

11.2. Se a inexatidão ou a omissão nas declarações, conforme letra a) do item 11.1 destas Condições Gerais, não resultar de má-fé do Segurado, a Seguradora poderá:

11.2.1. Na hipótese de não ocorrência do sinistro:

- cancelar o seguro, retendo, do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou
- mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível ou restringindo a cobertura contratada.

11.2.2. Na hipótese de ocorrência de sinistro com pagamento parcial do capital segurado:

- cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, retendo, do prêmio originalmente pactuado, acrescido da diferença cabível, a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido; ou
- mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível ou deduzindo-a do valor a ser pago ao Segurado ou ao Beneficiário ou restringindo a cobertura contratada para riscos futuros.

11.2.3. Na hipótese de ocorrência de sinistro com pagamento integral do capital segurado, cancelar o seguro, após o pagamento da indenização, deduzindo, do valor a ser indenizado, a diferença de prêmio cabível, efetuando o pagamento e deduzindo do seu valor a diferença de prêmio cabível.

11.3. O Segurado é obrigado a comunicar a Seguradora, logo que saiba, todo incidente suscetível de agravar consideravelmente o risco coberto, sob pena de perder o direito à cobertura, se provado que silenciou-se de má-fé.

A Seguradora, desde que o faça nos 15 (quinze) dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco, sem culpa do Segurado, poderá dar-lhe ciência por escrito, de sua decisão de cancelar o seguro, sendo o cancelamento eficaz 30(trinta) dias após a notificação, ou mediante acordo entre as partes, restringir a cobertura contratada e/ou cobrar a diferença do prêmio cabível. Na hipótese de resolução do contrato, permanecerá o Segurado obrigado ao cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive quanto ao pagamento de prêmio, neste período de 30 dias.

## 12. RESCISÃO DO CONTRATO

12.1. O presente contrato, será rescindido nos seguintes casos:

- a qualquer tempo, mediante acordo entre as partes contratantes, com a anuência prévia e expressa de Segurados que representem, no mínimo, três quartos do grupo segurado;
- mediante aviso prévio de 30 (trinta) dias, no mínimo, caso haja descumprimento das obrigações previstas nas Condições Contratuais;
- na falência, extinção, liquidação ou desaparecimento do Estipulante por qualquer motivo;





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

d) pelo não pagamento do prêmio conforme item 19 – Pagamento da Fatura pelo Estipulante.

12.2. No caso de rescisão, a Seguradora poderá reter do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido.

#### 13. CAPITAL SEGUADO

13.1. O capital segurado é a importância máxima a ser indenizada em cada cobertura contratada, vigente na data do evento.

13.2. Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, a data do acidente que deu origem ao sinistro.

13.3. Para a garantia de Invalidez Permanente Total ou Parcial por Acidente, o capital é reintegrado automaticamente após cada acidente, até o valor indenizado, não havendo a reintegração para danos causados em virtude do mesmo evento.

#### 14. ATUALIZAÇÃO DO CAPITAL SEGUADO E PRÊMIOS

14.1. Os capitais segurados e prêmios serão atualizados anualmente, na data do aniversário da apólice, pela variação do IPCA-IBGE. Será considerada a variação do índice nos 12 meses que antecedem aos três últimos meses de vigência da apólice.

14.2. Alternativamente ao critério de atualização pelo IPCA-IBGE, quando o vínculo entre o Estipulante e Segurado for empregatício, será facultado o recálculo do capital segurado e prêmios, com base na variação salarial concedida pelo Estipulante aos funcionários durante a vigência da apólice, desde que esta condição esteja expressa nas Propostas, Contrato, Apólice e Certificados.

#### 15. TAXAS E PRÊMIOS

15.1. A taxa será única para todo o grupo segurado, conforme definido nas Condições Contratuais de cada Apólice.

15.2. O prêmio mensal individual de cada Segurado é resultado da multiplicação do capital contratado pela taxa do seguro, acrescido do custo de emissão, se houver.

#### 16. REAVALIAÇÃO E REAJUSTE DAS TAXAS E PRÊMIOS

16.1. Anualmente, no aniversário da apólice, as taxas serão reavaliadas em função da experiência do grupo segurado. Se a sinistralidade ultrapassar a 100% do prêmio puro, as taxas e prêmios serão reajustadas para todo o grupo segurado.

16.2. Qualquer modificação da apólice em vigor que implique em ônus ou dever para os Segurados ou a redução dos seus direitos dependerá da anuência expressa de Segurados que representem, no mínimo, três quartos do grupo segurado.

#### 17. CUSTEIO DO SEGURO

A forma de custeio será não contributário, quando o prêmio for pago integralmente pelo Estipulante, ou contributário, quando o prêmio for pago total ou parcialmente pelo Segurado, conforme estabelecido no Contrato.

#### 18. DESCONTO E REPASSE DO PRÊMIO





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

- 18.1. Nos seguros contributários, o Estipulante é responsável pelo recolhimento e repasse do prêmio à Seguradora, tanto dos Segurados ativos quanto dos afastados por qualquer motivo.
- 18.2. É vetado ao Estipulante recolher dos Segurados, qualquer valor além daquele fixado pela Seguradora e a ela devido. Caso o Estipulante receba, juntamente com o prêmio, qualquer quantia que lhe for devida, seja a que título for, fica obrigado a destacar no documento utilizado na cobrança o valor do prêmio de cada Segurado.
- 18.3. O Estipulante não poderá descontar em folha de pagamento, receber ou pagar à Seguradora, prêmio relativo a funcionários impedidos de participar do seguro, de acordo com as Condições Contratuais.
- 18.4. O Estipulante somente poderá interromper o recolhimento do prêmio, em caso de perda do vínculo empregatício, ou mediante pedido formal do Segurado Principal, ou no caso de cancelamento da apólice.
- 18.5. Quando o desconto em folha for realizado por Consignante que não seja o Estipulante, o não repasse do prêmio descontado, não prejudicará o direito à indenização, devendo a parte que reteve indevidamente os pagamentos providenciar sua regularização, sob pena das sanções legais aplicáveis ao caso.
- 18.6. O Estipulante deverá interromper os descontos em caso de não renovação da apólice ou pelo seu cancelamento.
- 19. PAGAMENTO DA FATURA PELO ESTIPULANTE**
- 19.1. O pagamento da fatura será mensal, de acordo com os prazos contratuais e documentos de cobrança emitidos pela Seguradora.
- 19.2. Quando a data limite cair em dia que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente em que houver expediente bancário.
- 19.3. O não pagamento até a data convencionada, resultará na cobrança de juros de mora de 6% a.a e atualização monetária com base no IPCA-IBGE, calculados com base no período compreendido entre o dia de vencimento e a data do pagamento.
- 19.4. Não havendo a quitação da fatura até a data do vencimento, haverá tolerância de até 60 (sessenta) dias do vencimento, para regularização dos prêmios em atraso, sem suspensão das coberturas.
- 19.5. Decorridos 60 (sessenta) dias contados da data de vencimento, sem que o prêmio tenha sido quitado, a apólice e/ou o risco individual ficarão automaticamente e de pleno direito rescindidas, a partir do 61º (sexagésimos primeiro) dia de vencimento da fatura em atraso, independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba qualquer restituição de prêmio anterior, ficando o Estipulante obrigado ao pagamento dos prêmios vencidos relativos ao período de cobertura.
- Neste caso, quando o seguro for contributário, fica o Estipulante desautorizado a efetuar qualquer desconto de prêmio na folha de pagamento dos Segurados, relativo a períodos posteriores ao do cancelamento, tendo as coberturas desta Apólice como justificativa.



**ZURICH**

Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013

Estipulante  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

19.6. Quando o atraso do pagamento se referir exclusivamente ao prêmio do risco sinistrado, os prêmios em atraso serão abatidos da indenização a ser paga aos Beneficiários.

## 20. OCORRÊNCIA DE SINISTROS

- 20.1. Ocorrendo um sinistro que possa acarretar responsabilidade à Seguradora, este deverá ser comunicado pelo Segurado, seu Representante ou Beneficiários, por meio do formulário "Aviso de Sinistro", ou através de carta registrada ou, ainda, telegrama dirigido à Seguradora.
- 20.2. Na comunicação por carta ou telegrama deverá constar a data, hora, local e causa do sinistro, não exonerando o Segurado, seu Representante ou seus Beneficiários, da obrigação de apresentar o formulário "Aviso de Sinistro".
- 20.3. O Segurado acidentado deverá recorrer imediatamente, a sua custa, aos serviços de médicos legalmente habilitados, submetendo-se ao tratamento exigido para uma cura completa.
- 20.4. Se quando da ocorrência de um sinistro ficar constatado que o prêmio pago pelo Segurado não corresponde ao prêmio devido, que é o resultado da multiplicação do capital segurado contratado pela taxa do seguro, a indenização será feita proporcionalmente ao prêmio pago.
- 20.5. Será aplicada a prescrição, na ausência de reclamação de sinistro, nos prazos fixados na lei civil, o que resultará na perda de eventuais direitos que pudessem ser exigidos pelos interessados.

## 21. COMPROVAÇÃO DO ACIDENTE

- 21.1. O Segurado ou Beneficiário deverá provar satisfatoriamente a ocorrência do acidente, bem como todas as circunstâncias com ele relacionadas, para recebimento da indenização, facultando à Seguradora, quaisquer medidas tendentes à elucidação do sinistro.
- 21.2. As despesas efetuadas com a comprovação do sinistro e documentos de habilitação correrão por conta do Segurado ou de seus Beneficiários, salvo as diretamente realizadas pela Seguradora.
- 21.3. A Seguradora poderá exigir documentos médicos, atestados de autoridades administrativas e policiais e certidões de inquérito ou processos relacionados com o acidente, em caso de dúvida fundada e justificável.
- 21.4. As providências ou atos que a Seguradora praticar após o acidente, não importam, por si só, no reconhecimento da obrigação de pagar qualquer indenização.

## 22. LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

22.1. Os documentos necessários à liquidação de sinistros são:

22.1.1. Para qualquer uma das coberturas sinistradas:

- a) Aviso de Sinistro, conforme modelo fornecido pela Seguradora;
- b) CPF, Carteira de Identidade e Comprovante de Residência do Segurado e dos Beneficiários;





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

- c) Documentos pessoais (Carteira de Identidade, Certidão de Nascimento e CPF) comprobatórios da condição de Beneficiário (s);
  - d) Ocorrência Policial, quando houver;
  - e) Exame de teor alcoólico, quando for o caso;
  - f) Certidão de Óbito do Segurado (no caso de morte);
  - g) Laudo da Necropsia (no caso de morte).
- 22.1.2. Exclusivamente para cobertura de IPA, além dos documentos citados no item 22.1.1, serão necessários:
- a) Exames clínicos e objetivos realizados pelo Segurado constatando o estado de invalidez, quando necessário;
  - b) Atestado de Alta e Invalidez, devidamente preenchido e assinado pelo médico assistente, conforme modelo a ser fornecido pela Seguradora.
- 22.2. A partir da entrega de toda documentação especificada no item 22.1 destas Condições Gerais, exigida e solicitada ao Segurado ou ao Beneficiário, a Seguradora terá o prazo de até 30(trinta) dias para liquidação do sinistro.
- 22.3. Se necessário, em caso de dúvida fundada e justificável, a Seguradora poderá solicitar outros documentos para a elucidação dos fatos. Quando solicitados pela Seguradora, outros documentos ou adotadas medidas que visem a plena elucidação do sinistro, a contagem do prazo de liquidação será suspensa continuando a correr a partir da data em que ocorrer a entrega da documentação solicitada.
- 22.4. Após este prazo, os valores serão atualizados com base no IPCA-IBGE, a partir da data de sua exigibilidade conforme legislação vigente, além dos juros moratórios de 6% ao ano, a partir do último dia previsto para o pagamento.
- 22.5. A atualização referida acima será efetuada com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de exigibilidade da indenização e aquele publicado imediatamente anterior a data de sua efetiva liquidação.
- 22.6. A invalidez permanente deve ser comprovada através de declaração médica. A aposentadoria por invalidez concedida por instituições oficiais de previdência ou, assemelhadas não caracteriza por si só o estado de invalidez permanente de que trata estas Condições Especiais.
- 22.7. Eventuais encargos de tradução de documentos necessários à liquidação de sinistro e que envolvam reembolso de despesas efetuadas no exterior, ficarão a cargo da Seguradora.
23. JUNTA MÉDICA
- 23.1. Divergências sobre a causa, natureza ou extensão das lesões, bem como a avaliação da incapacidade, serão submetidas a uma junta médica constituída por 3 (três) membros, sendo um nomeado pela Seguradora, outro pelo Segurado e um terceiro desempatador, escolhido pelos dois nomeados. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos pelo Segurado e pela Seguradora em partes iguais.





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

23.2. A Seguradora formalizará por escrito a possibilidade de constituição de junta médica, no prazo máximo de 15 dias, decorrido da data da contestação do Segurado.

23.3. O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo, 15 (quinze) dias, a contar da data da indicação do membro nomeado pelo Segurado.

23.4. Caso o Segurado se recuse a submeter-se a exames ou perícias para constatação da invalidez e ou elucidação das divergências, o direito à indenização ficará automaticamente suspenso, sendo que a recusa à perícia médica ordenada judicialmente, poderá suprir a prova que se pretendida obter com o exame, conforme legislação civil em vigor.

#### 24. CARÊNCIA

24.1. Haverá carência de 2(dois) anos para suicídio na forma da legislação vigente.

24.2. O período de carência será contado a partir do início de vigência da cobertura individual ou da sua recondução depois de suspenso, bem como sobre os aumentos de capitais solicitados após o início de vigência do risco.

24.3. No caso de migração de apólice não será iniciada a contagem de novo prazo de carência para os Segurados já incluídos no seguro pela apólice anterior, em relação às coberturas e respectivos capitais já contratados.

#### 25. BENEFICIÁRIOS

25.1. São as pessoas físicas ou jurídicas designadas pelo Segurado na Proposta de Adesão, às quais deve ser paga a indenização em caso de sua morte, devendo no caso de pessoa jurídica haver legítimo interesse para figurar nesta condição.

25.2. Na falta de indicação do Beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente e o restante aos herdeiros do Segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. Na falta do cônjuge e herdeiros legais, serão Beneficiários os que provarem que a morte do Segurado os privou dos meios necessários à sua subsistência.

25.3. O Segurado poderá alterar seus Beneficiários a qualquer tempo, mediante comunicação expressa à Seguradora.

25.4. Se o Segurado não renunciar à faculdade de indicação do Beneficiário, ou se o seguro não tiver como causa declarada a garantia de alguma obrigação, é lícita a substituição do Beneficiário, por ato entre vivos ou de última vontade.

25.5. Na hipótese de eventual substituição do Beneficiário, não sendo a Seguradora cientificada oportunamente de tal substituição, esta desobrigar-se-á pagando o capital segurado ao antigo Beneficiário.

25.6. É válida a instituição do companheiro como Beneficiário, se ao tempo do contrato o Segurado era separado judicialmente, ou já se encontrava separado de fato.

25.7. No caso de incapacidade civil do Beneficiário, as indenizações serão pagas nos termos da legislação civil em vigor.

25.8. Se um ou mais dos beneficiários indicados vier a falecer antes do segurado, a parte do capital que se destinaria ao(s) beneficiário(s) pré-morto será revertida em favor dos





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

demais indicados, se houver. Se não houver outro(s) beneficiário(s) indicado(s), aplicar-se-á a legislação vigente.

## 26. MATERIAL DE DIVULGAÇÃO

A propaganda e a promoção do seguro por parte do Estipulante e ou Corretor, somente podem ser feitas com autorização expressa e supervisão da Seguradora, respeitadas as condições da apólice e as normas do seguro, ficando a Seguradora responsável pela fidedignidade das informações contidas nas divulgações feitas.

## 27. OUTRAS CONSIDERAÇÕES

- 27.1. Nenhuma alteração neste contrato será válida se não for feita por escrito, sendo que qualquer alteração nas condições contratuais em vigor deverá ser realizada por aditivo à apólice, com a concordância expressa e escrita do Segurado ou de seu representante, ratificada pelo correspondente endosso, observado o item 7.4 destas Condições Gerais.
- 27.2. Nenhuma responsabilidade assume esta Seguradora, por quaisquer promessas ou declarações, que tenham sido feitas ou que no futuro venham a ser feitas, que contrariem as Condições Contratuais.
- 27.3. As dúvidas que não puderem ser esclarecidas pelas Condições Contratuais serão esclarecidas pela Legislação de Seguros vigente.
- 27.4. O registro deste plano na SUSEP não implica, por parte daquela Autarquia, incentivo ou recomendação a sua comercialização.
- 27.5. O Segurado poderá consultar a situação cadastral de seu corretor de seguros, no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), por meio do número de seu registro na SUSEP, nome completo, CNPJ ou CPF.
- 27.6. Este plano utiliza o regime financeiro de repartição simples, que é o regime financeiro que fixa a taxa de custeio dos benefícios contratados, de modo a produzirem receitas equivalentes aos benefícios e despesas geradas no período, não havendo capitalização de reserva em decorrência dos prêmios recebidos, portando, não há devolução ou resgate do prêmio ao Segurado, Beneficiário ou Estipulante, após a aceitação do seguro pela Seguradora.

## 28. FORO COMPETENTE

O foro competente para as ações derivadas deste contrato de seguro é o da Comarca da cidade de domicílio do Segurado ou do Beneficiário, conforme o caso. Na hipótese de inexistência de relação de hipossuficiência entre as partes, será válida a eleição de foro diverso.



**ZURICH®**

Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc 56	Apólice VG -	Apólice ACP 8.353/ 40.121	Início de Vigência 24HS 06/01/2012	Término de Vigência 24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

## TABELA PARA CÁLCULO DA INDENIZAÇÃO EM CASO DE INVALIDEZ PERMANENTE

INVALIDEZ PERMANENTE	DISCRIMINAÇÃO	% SOBRE CAPITAL SEGURO
PERDA TOTAL	Perda total da visão de ambos os olhos	100
	Perda total do uso de ambos os membros superiores	100
	Perda total do uso de ambos os membros inferiores	100
	Perda total do uso de ambas as mãos	100
	Perda total do uso de um membro superior e um membro inferior	100
	Perda total do uso de uma das mãos e de um dos pés	100
	Perda total do uso de ambos os pés	100
	Alienação mental total incurável	100
PERDA PARCIAL DIVERSAS	Perda total da visão de um olho	30
	Perda total da visão de um olho, quando o Segurado já não tiver a outra vista	70
	Surdez total incurável de ambos os ouvidos	40
	Surdez total incurável de um dos ouvidos	20
	Mudez incurável	50
	Fratura não consolidada no maxilar inferior	20
	Imobilidade do segmento cervical da coluna vertebral	20
	Imobilidade do segmento tóraco-lombo-sacro da coluna vertebral	25
PERDA PARCIAL MEMBROS SUPERIORES	Perda total do uso de um dos membros superiores	70
	Perda total do uso de uma das mãos	60
	Fratura não consolidada de um dos úmeros	50
	Fratura não consolidada de um dos segmentos rádio-ulnares	30
	Anquilose total de um dos ombros	25
	Anquilose total de um dos cotovelos	25
	Anquilose total de um dos punhos	20
	Perda total do uso de um dos polegares inclusive o metacarpiano	25
	Perda total do uso de um dos polegares exclusive o metacarpiano	18
	Perda total do uso da falange distal do polegar	9
	Perda total do uso de um dos dedos indicadores	15
	Perda total do uso de um dos dedos mínimos ou um dos dedos médios	12
	Perda total do uso de um dos dedos anulares	9
	Perda total do uso de qualquer falange, excluídas as do polegar: indenização equivalente a 1/3 do valor do dedo respectivo	-





**ZURICH**®

Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013

Estipulante

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

PERDA PARCIAL MEMBROS INFERIORES	Perda total do uso de um dos membros inferiores	70
	Perda total do uso de um dos pés	50
	Fratura não consolidada de um fêmur	50
	Fratura não consolidada de um dos segmentos tibio-peroneiros	25
	Fratura não consolidada da rótula	20
	Fratura não consolidada de um pé	20
	Anquilose total de um dos joelhos	20
	Anquilose total de um dos tornozelos	20
	Anquilose total de um quadril	20
	Perda parcial de um dos pés , isto é, perda de todos os dedos e de uma parte do mesmo pé	25
	Amputação do 1º (primeiro) dedo	10
	Amputação de qualquer outro dedo	3
	Perda total do uso de uma falange do 1º dedo, indenização equivalente a 1/2, e dos demais dedos, equivalente a 1/3 do respectivo dedo	
	Encurtamento de um dos membros inferiores	15
	- de 5 (cinco) centímetros ou mais	10
	- de 4 (quatro) centímetros	6
	- de 3 (três) centímetros	-
	- menos de 3(três) centímetros: sem indenização	





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013

Estipulante  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**

### CONDIÇÕES ESPECIAIS - COBERTURA DE AUXÍLIO FUNERAL (AUF)

#### 1. OBJETIVO

Esta cláusula tem por objetivo, garantir ao(s) Beneficiários, o pagamento do capital segurado contratado, no caso da morte acidental do Segurado, de acordo com os riscos cobertos e condições contratuais.

#### 2. RISCO COBERTO

O risco coberto por esta garantia, é a morte do Segurado, causada exclusivamente por acidente pessoal coberto.

#### 3. RISCOS EXCLUÍDOS

Os riscos excluídos nesta cláusula são os mesmos mencionados no item Riscos Excluídos, constante das Condições Gerais.

#### 4. CÔNJUGE E/OU FILHOS

4.1. Esta garantia é extensiva aos cônjuges e/ou filhos do Segurado Principal, quando contratada a cobertura e expressamente ratificada nas condições da apólice.

4.2. Exclusivamente para filhos menores de 14 anos, esta cobertura não é extensiva, de modo a evitar concorrência entre esta e a cobertura Básica de Morte Acidental, a qual cobrirá apenas as despesas havidas com o funeral.

#### 5. CAPITAL SEGURADO

5.1. O capital segurado é a importância máxima a ser indenizada, conforme estabelecido na apólice e vigente na data do evento.

5.2. Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, a data do acidente que deu origem ao sinistro.

#### 6. INDENIZAÇÃO

6.1. A indenização será complementar ou em forma de adiantamento, conforme constante em cada Contrato, observando:

- Adiantamento** - haverá o adiantamento de parte da indenização relativa à cobertura Básica de Morte Acidental. Neste caso, por ocasião do pagamento da indenização da cobertura Básica de Morte Acidental, a Seguradora deduzirá o valor já pago.
- Complementar** - a indenização paga por esta garantia será complementar ao da cobertura Básica de Morte Acidental. Neste caso, por ocasião do pagamento da indenização da cobertura Básica de Morte Acidental, a Seguradora não deduzirá qualquer valor pago por esta garantia.

6.2. O pagamento da indenização desta cobertura, não implica por parte da Seguradora, no reconhecimento de que passam a ser devidas indenizações previstas por outras coberturas indicadas na apólice.

#### 7. CONDIÇÃO GERAL

Ratificam-se as Condições Gerais Seguro de Acidentes Pessoais Coletivos, que não tenham sido alteradas expressamente por estas Condições Especiais.





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

## COBERTURA DE DESPESAS MÉDICAS, HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS – DMH

### 1. OBJETIVO

Esta cláusula tem por objetivo, garantir ao Segurado, o reembolso de despesas médicas, hospitalares e odontológicas, até o limite do capital segurado contratado, no caso de acidente pessoal sofrido pelo Segurado, de acordo com os riscos cobertos e condições contratuais.

### 2. RISCOS COBERTOS

- 2.1. Os riscos cobertos por esta garantia são as despesas médicas, hospitalares e odontológicas, necessárias ao tratamento do Segurado, exclusivamente decorrentes de acidente pessoal coberto.
- 2.2. Consideram-se despesas médicas, hospitalares e odontológicas, aquelas efetuadas pelo Segurado, para seu tratamento sob orientação médica, iniciado nos 30 (trinta) primeiros dias contados da data do acidente. Estão cobertas as despesas médicas e dentárias, bem como diárias hospitalares incorridas, a critério médico e necessárias para o restabelecimento do Segurado, observados os critérios dos subitens a seguir:
  - a) Não estão abrangidas as despesas decorrentes de: estados de convalescença, após a alta médica, e as despesas de acompanhantes; e aparelhos que se referem às órteses de qualquer natureza e a próteses de caráter permanente, salvo as próteses pela perda de dentes naturais.
  - b) Cabe ao Segurado a livre escolha dos prestadores de serviços médico, hospitalares e odontológicos, desde que legalmente habilitados.
  - c) A comprovação das despesas médicas, hospitalares e odontológicas, deverá ser feita mediante a apresentação dos comprovantes originais das despesas e dos relatórios médicos.
  - d) As despesas efetuadas no exterior devem ser ressarcidas com base no câmbio oficial de venda, da data do efetivo pagamento realizado pelo Segurado e respeitando-se o capital segurado.
  - e) Desde que preservada a livre escolha, pode a Seguradora estabelecer acordos ou convênios com prestadores de serviços médicos, hospitalares e odontológicos, para facilitar a prestação da assistência ao Segurado.
- 2.3. Pelo mesmo acidente, somente serão pagas despesas médicas, hospitalares e odontológicas, até o limite do capital contratado.

### 3. RISCOS EXCLUÍDOS

Os riscos excluídos nesta garantia são os mesmos mencionados no item Riscos Excluídos, constante das Condições Gerais do Seguro de Acidentes Pessoais.

### 4. CAPITAL SEGURADO

- 4.1. O capital segurado é a importância máxima a ser indenizada, conforme estabelecido na apólice e vigente na data do evento.
- 4.2. Considera-se como data do evento, para efeito de determinação do capital segurado, a data do acidente que deu origem ao sinistro.





Nº. PROCESSO SUSEP VG 15414.002724/2006-05

Suc	Apólice VG	Apólice ACP	Início de Vigência	Término de Vigência
56	-	8.353/ 40.121	24HS 06/01/2012	24H 06/01/2013
Estipulante PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA				

4.3. A reintegração do capital é automática após cada acidente, até o valor indenizado, não havendo a reintegração para danos causados em virtude do mesmo evento.

**5. CÔNJUGE E/OU FILHOS**

Esta cobertura é extensiva ao cônjuge e/ou filhos do Segurado Principal, quando contratada a cobertura e, expressamente ratificada na Apólice.

**6. DOCUMENTOS PARA LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS**

Os documentos necessários à liquidação de sinistros são:

- a) Aviso de Sinistro, conforme modelo fornecido pela Seguradora;
- b) CPF, Carteira de Identidade e Comprovante de Residência do segurado;
- c) Comprovante de pagamento do Prêmio;
- d) Comprovantes originais de despesas médicas, hospitalares, odontológicas, farmacêuticas, entre outras, bem como a receita médica e os relatórios do(s) médico(s) assistente(s).
- e) Se necessário, em caso de dúvida fundada e justificável, a Seguradora poderá solicitar outros documentos para a elucidação dos fatos.

**7. BENEFICIÁRIO**

O Beneficiário será o próprio Segurado.

**8. CONDIÇÃO GERAL**

Ratificam-se as Condições Gerais Seguro de Acidentes Pessoais Coletivos, que não tenham sido alteradas expressamente por estas Condições Especiais.